



BOLETIM DE CONJUNTURA NERINT

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

SUMÁRIO

ÍNDIA E PAQUISTÃO NA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI: A BUSCA POR ESTABILIDADE POLÍTICA E INTEGRAÇÃO NA ÁSIA	07
<i>Erik Herejk Ribeiro e Maria Gabriela Vieira</i>	
A POLÍTICA EXTERNA JAPONESA DE SHINZO ABE: REVOLUÇÃO SILENCIOSA?	16
<i>Pedro Vinícius Pereira Brites e Pedro Henrique Prates Cattelan</i>	
A NOVA POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA: UMA VIRADA PARA O LESTE?	25
<i>Isabela Souza Julio e Marina Felisberti</i>	
O CONFLITO NO IÊMEN (2015-PRESENTE): CARACTERÍSTICAS DOMÉSTICAS, REGIONAIS E INTERNACIONAIS DE UMA GUERRA DESCONHECIDA	33
<i>João Paulo Alves e Patrícia Graeff Machry</i>	

ÍNDIA E PAQUISTÃO NA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI: A BUSCA POR ESTABILIDADE POLÍTICA E INTEGRAÇÃO NA ÁSIA

Erik Herejk Ribeiro¹ e Maria Gabriela Vieira²

- *A Organização para a Cooperação de Xangai é uma coalizão que promove a multipolaridade, a estabilidade regional e a integração de projetos de infraestrutura.*
- *O triângulo China-Índia-Rússia forma a nova base do status global da Organização e evolui num cenário onde os Estados Unidos buscam a primazia.*
- *A entrada de Índia e Paquistão reduz a coesão da instituição, mas fornece ferramentas para estabilizar o Afeganistão e harmonizar os interesses das potências regionais.*

Apresentação

O objetivo deste breve artigo é apresentar a racionalidade estratégica da entrada de Índia e Paquistão como membros plenos da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) em 2016. A OCX pode ser entendida como uma coalizão anti-hegemônica, que tem como principal objetivo a estabilidade política e a promoção da integração entre as diversas sub-regiões da Ásia.

Em primeiro lugar, reconhecemos a existência de entraves à cooperação entre China, Índia, Paquistão e Rússia. Estes entraves são de difícil resolução, mesmo em longo prazo. Podemos citar a inimizade entre Índia e Paquistão, a rivalidade entre China e Índia e a participação dos Estados Unidos como balanceador externo. Portanto, nosso objetivo não é argumentar que está emergindo uma

aliança entre os quatro países. Além disso, o Século XXI tem sido marcado por coalizões de interesses, onde raramente surgem novos alinhamentos automáticos. Ou seja, a despeito das dificuldades nas relações entre os países membros, sua participação na OCX traz consigo a harmonização de interesses em comum.

Na primeira seção, faremos uma apresentação da Organização para a Cooperação de Xangai, analisando seu histórico, as principais características políticas e institucionais e a sua relevância internacional. Num segundo momento, abordamos os objetivos dos três principais membros: China, Índia e Rússia. Este triângulo³ tem como agenda a promoção da multipolaridade e a estabilidade política no entorno estratégico destes países. Na terceira

1 Doutorando e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: erik_ribeiro@yahoo.com.br

2 Graduada em Relações Internacionais pela UFRGS. Contato: maria.g.vieira95@gmail.com.br

3 Para uma análise mais aprofundada dos triângulos e quadrângulos estratégicos na Ásia, ver Iwashita (2007).

seção, analisamos o potencial da agenda de cooperação da OCX, incluindo a resolução de conflitos (instabilidade no Afeganistão e rivalidade Índia-Paquistão) e a promoção de interligação em infraestrutura no continente asiático.

A formação da Organização para a Cooperação de Xangai

Fundada em 2001, a Organização para a Cooperação de Xangai surge para consolidar os princípios da organização antecessora, “Os Cinco de Xangai”, criada em 1996. Seus membros fundadores são China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão e Uzbequistão. A Carta da OCX, assinada em 2002, traz o conteúdo ético da organização, reconhecido como o Espírito de Xangai. Os principais pontos deste documento são: respeito à soberania, à independência e à integridade territorial; não agressão; não intervenção em assuntos domésticos alheios; proteção mútua a atos ilegítimos de terceiros; e igualdade entre os membros. Originalmente, a OCX tinha seu foco na cooperação securitária entre China, Rússia e os países da Ásia Central. O objetivo dos fundadores da Organização foi criar um mecanismo para alcançar a estabilidade regional. Aproveitou-se o contexto de reaproximação da China e da Rússia no período pós-Guerra Fria por meio da cooperação militar e da demarcação de fronteiras em disputa (Aris 2008).

No entanto, seus objetivos se expandiram devido ao contexto de sua evolução, em meio à hegemonia estadunidense e às guerras do Kosovo (1998), Afeganistão (2001) e Iraque (2003). De fato, os Estados Unidos utilizar a superioridade de poder militar a partir dos anos 1990 para pressionar China e Rússia. Em sua política de defesa, os EUA investiram na primazia por meio da construção de

escudos antimísseis na Europa e no Leste Asiático. Além disso, os estadunidenses não abdicaram de sua presença global, apesar de terem aliados regionais (Kapstein e Mastanduno 1999; Cepik e Martins 2014).

Em termos políticos, a OCX reúne entre seus membros um conjunto significativo de recursos de poder militar, demográfico, econômico e energético. Tal fato acaba colocando a Organização como um ator de extrema importância na geopolítica da massa continental eurasiática. Em termos de desafios regionais, o combate ao terrorismo é prioridade na agenda da Organização. Em 2001, foi assinada a Convenção de Xangai de Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo. Estes são considerados os “três males” centrais a serem combatidos. Os dois órgãos permanentes da OCX são o Secretariado e a Estrutura Anti-Terrorista Regional (RATS), que combina as bases de dados dos países membros e auxilia no fornecimento de inteligência. A Organização também tem procurado aumentar sua inserção internacional, dialogando com diversos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.

Existe a expectativa de que a OCX poderia ser utilizada como instrumento para a mitigação de conflitos, como no caso do Afeganistão em meio à retirada das tropas da Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Contudo, a experiência anterior da OCX nos mostra que a instituição não estaria disposta a intervir diretamente em conflitos domésticos. Um exemplo deste ponto foi a relutância da OCX em ajudar o Quirguistão a gerenciar sua crise interna em 2010, mesmo quando o presiden-

te do país solicitou assistência.

O triângulo China-Índia-Rússia

O principal impacto sistêmico da expansão recente da OCX é o estreitamento dos laços entre China, Índia e Rússia. Em nível global, os três países tentam prevenir a primazia dos Estados Unidos e também partilham de uma agenda de reforma da ordem internacional. Em nível regional, ambos têm interesse em evitar que as crises securitárias no Oriente Médio e Ásia Central desestabilizem o continente asiático e coloquem empecilhos ao progresso da integração eurásiana. Embora haja entaves à transformação deste triângulo em uma aliança política, a entrada da Índia na Organização é um indicador relevante de coalizão geopolítica e harmonização de interesses.

A ideia da aproximação entre as três potências não é recente. Em 1998, o então primeiro ministro da Rússia, Yevgeny Primakov, propôs a criação de um triângulo estratégico. Naquele momento, sua intenção era evitar que os EUA aproveitassem o momento unipolar para buscar a primazia militar e subordinar os três países à sua ordem hegemônica. Por este motivo, o lançamento do grupo dos Cinco de Xangai foi um marco da cooperação sino-russa. No entanto, o triângulo não avançou devido à falta de vontade política da China e às fragilidades internas da Índia, cuja prioridade era a modernização nacional e a reorientação de suas relações exteriores. Com o fim do ciclo do não alinhamento, as elites políticas indianas precisavam de uma parceria sólida com os países ocidentais (Iwashita 2007).

Quase vinte anos após a proposta de Primakov, a ordem internacional enfrenta mudanças importan-

tes. A retomada econômica russa e a ascensão de China e Índia deram as bases de sustentação ao grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A promoção da multipolaridade e da descentralização da governança global são as duas pautas desta coalizão anti-hegemônica⁴. Além disso, no âmbito econômico, os países periféricos possuem maior margem de manobra em comparação ao momento unipolar da década de 1990. A nova inserção internacional de China e Índia tem criado novas redes de comércio e investimento, diluindo a forte influência histórica das potências ocidentais.

Do ponto de vista estratégico e militar, o triângulo China-Índia-Rússia possui grande autonomia de ação. Neste trio, os russos são os maiores detentores de tecnologia no setor de defesa e ainda são líderes em inovação. No entanto, a China desponta em longo prazo como a maior potência militar da Eurásia, utilizando suas capacidades industriais para sustentar forças armadas modernas e um exército de massas. Apenas a Índia se encontra relativamente dependente de tecnologia estrangeira, barganhando com seu tradicional parceiro (Rússia) e com novos fornecedores, destacando-se França, Estados Unidos e Israel.

China e Rússia podem ser considerados pólos autônomos de poder, pois possuem a Tríade Nuclear⁵ e o Comando do Espaço⁶, que lhes confere capacidade de retaliação nuclear e de condução da guerra em condições informatizadas. Estas capacidades estratégicas têm sido o garantidor do equilíbrio de poder global no período pós-Guerra Fria (Ávila, Cepik e Martins 2009). A Índia, por sua vez, está cada vez mais próxima da tríade nuclear e do Comando do Espaço (Neves 2015).

4 A criação do Banco do BRICS como alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) é parte importante deste processo.

5 Tríade Nuclear é a capacidade de entrega de armas nucleares por meio de plataformas de superfície, marítimas e aéreas.

6 Comando do Espaço é a capacidade de lançar e operar um sistema de plataformas espaciais.

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

Ou seja, a Índia aproxima-se cada vez mais da condição de pólo autônomo de poder, o que lhe possibilita entrar no jogo das Grandes Potências como igual e não como parceiro menor de qualquer país. A tradução desta nova inserção externa é a capacidade de engajar-se numa dinâmica simultânea de apoio e reforma da ordem internacional, de cooperação e competição com as principais potências. Além disso, fornece poder suficiente para atrair de países menores para sua esfera de influência. Neste contexto, a entrada da Índia na OCX significa que o país se candidata a garantidor da multipolaridade global e de uma ordem internacional com diversos núcleos regionais de poder.

Do ponto de vista do entorno estratégico, Primakov preparava a Rússia para um Sistema Internacional cujas rivalidades geopolíticas não eram aparentes. Em seu lugar, emergiram novos conflitos e agendas pouco claras. O primeiro-ministro russo, que era um especialista em Oriente Médio, estava ciente da visão estadunidense sobre o “Arco de Crises”, expressão criada pelo ex-secretário de estado Zbigniew Brzezinski em 1978. Naquele momento, o Arco era considerado a primeira linha de contenção à URSS, onde também estava grande parte das reservas petrolíferas mundiais. Por outro lado, também é uma faixa territorial que se estende do Chifre da África ao Paquistão, onde há Estados frágeis, uma série de grupos militantes radicais e insurgências armadas.

Em 1994, Robert Kaplan, um conselheiro de defesa do governo estadunidense, lançou a hipótese da chegada da anarquia (The Coming Anarchy). Ele argumentou que a maior ameaça securitária ao mundo civilizado viria da emergência de Estados falidos devido ao tribalismo, ao uso político da religião e à pobreza extrema. Dois anos depois, Samuel Huntington (1996) lançou a tese do Choque de Civilizações, corroborando a ideia da aliança do

mundo civilizado contra os bárbaros e dos conflitos baseados em identidades culturais e religiosas.

Por trás das análises pessimistas acerca da ordem global no período pós-Guerra Fria, os Estados Unidos percebiam oportunidades políticas no Arco de Crises. Em primeiro lugar, os países da Ásia Central recém tinham se tornado independentes da União Soviética e passavam por um período de desorientação estratégica. Além disso, os Estados nacionais do Irã e do Iraque continuavam a desafiar a hegemonia americana no Oriente Médio, se colocando como líderes regionais.

Deste modo, as guerras da OTAN contra o Afeganistão (2001) e contra o Iraque (2003) devem ser entendidas num contexto de busca dos EUA pela primazia, explorando as fragilidades políticas na vizinhança eurásiana. Como os EUA estão geograficamente distantes da Eurásia, sua presença militar precisa ser garantida por bases em países aliados e pelo controle dos oceanos Índico e Pacífico. Por isso, a priorização do terrorismo e da insurgência como inimigos centrais também é útil para angariar novos aliados. Num primeiro momento, a Guerra ao Terror também serviu aos interesses de China, Índia e Rússia. Estes países enfrentam movimentos separatistas em seus territórios do Xinjiang, Caxemira e Chechênia, respectivamente. Os países europeus também apoiaram a coalizão de forças que invadiu o Afeganistão para derrotar o regime Talibã.

Contudo, a invasão do Iraque em 2003 demonstrou que o objetivo não era somente o combate ao terrorismo, mas a ampliação da presença militar dos Estados Unidos no Arco das Crises. Ellen Wood comenta que, na impossibilidade de estar presente em todos os lugares ao mesmo tempo, os Estados Unidos criam um clima de temor psicológico. Assim, as guerras servem ao propósito de demons-

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

trar, pelo uso frequente da força, que os EUA podem derrotar qualquer país, em qualquer região do mundo, que se oponha a seus objetivos (Wood e Patriquin 2012: 259-260).

O problema decorrente desta presença é que os problemas do Afeganistão e do Iraque não foram resolvidos após as guerras estadunidenses. Pelo contrário, mais de uma década depois, ambos enfrentam sérias ameaças de desintegração e suas regiões podem entrar em espirais de violência e separatismos. Pode-se afirmar que existe um paradoxo da retirada das forças da OTAN: nenhum dos países vizinhos está satisfeito com a presença dos Estados Unidos, mas todos temem a mudança de situação após a sua retirada.

O potencial político e econômico da OCX

A partir da entrada de Índia e Paquistão, a OCX passou a ter uma nova agenda institucional. Para além do combate ao radicalismo político, a Organização agora se propõe a gerenciar conflitos regionais, em especial a situação do Afeganistão e a rivalidade prolongada entre Índia e Paquistão. Além disso, os chineses conseguiram oficializar a promoção da nova rota da seda dentro do arcabouço da instituição, alinhando seus projetos com os russos. Deste modo, cresce o potencial de cooperação multilateral em infraestrutura dentro da OCX.

No Oriente Médio, a maior ameaça à estabilidade é a expansão do Estado Islâmico (ISIS), originado dos escombros da Guerra do Iraque e hoje presente também na Síria. No Afeganistão, a retirada progressiva das tropas da OTAN está deixando um vácuo de poder. Esta situação vai gerar disputas entre o governo de Kabul, o Talibã, as minorias étnicas do norte, grupos militantes radicais e potências externas.

Neste contexto, a entrada de Índia e Paquistão na OCX tem como objetivo gerenciar a estabilidade política regional e harmonizar os interesses de diferentes potências. A tarefa é extremamente complexa, pois há uma significativa variedade de agendas. A China prioriza a estabilidade política para perseguir seus objetivos de expansão econômica. Ao mesmo tempo, os chineses apoiam o Paquistão para manter o equilíbrio de poder no Sul da Ásia e colocar a Índia em cheque (Malik 2012). A Rússia também prioriza a estabilidade, mas não deseja que a China se torne a potência predominante na Ásia Central, pois os russos ainda enxergam seus vizinhos como parte de sua esfera de influência (Aris 2008).

O Paquistão, por outro lado, vive um conflito em sua própria identidade nacional. Historicamente, a oscilação paquistanesa gira em torno de um Estado nacional sob o domínio das elites punjabis e o irredentismo sob a ideologia do pan-islamismo no Sul da Ásia (Cohen 2004). Por isso, a agenda regional do seu setor de inteligência e de parte do exército inclui o apoio a insurgências islamistas radicais. Em contrapartida, os setores em favor do Estado nacional, como as elites civis e a maior parte das forças armadas, desejam a estabilidade na vizinhança. Sua intenção é aproveitar os vultosos investimentos chineses em infraestrutura, que podem trazer prosperidade e crescimento econômico ao Paquistão.

A Índia deseja estabilidade, pois seu principal objetivo no período pós-Guerra Fria é obter crescimento acelerado (Sisodia 2014). Neste sentido, um entorno estratégico conflituoso causa sérias perdas econômicas ao país. Por este motivo, a manutenção da rivalidade indo-paquistanesa serve mais a outra parte, que receia a decolagem econômica indiana e o aumento das disparidades de poder no Sul da Ásia. Além disso, os indianos necessitam dos recursos naturais da Ásia Central, que só po-

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

dem ser acessados por meio do Afeganistão, via Irã ou Paquistão. Por isso, a Índia investe no porto iraniano de Chabahar, com a ambição de criar um corredor logístico.

Em contrapartida, os indianos têm dificuldade em aceitar que o Sul da Ásia esteja sob crescente influência da China, que lidera os projetos regionais de infraestrutura e a venda de armamentos para os vizinhos da Índia. Ademais, devido aos ataques terroristas na Caxemira em 2016, a Índia mais uma vez se vê instada a aumentar o tom do discurso contra o Paquistão. O atual primeiro ministro Narendra Modi, do Partido Bharatiya Janata, tem levantado o problema dos direitos humanos no Baluquistão, uma província de minorias étnicas baluques no sul do Paquistão. Cabe lembrar que os indianos entraram como beligerantes na guerra de independência de Bangladesh (1971) e auxiliaram na vitória dos bengalis. Portanto, a Índia toca novamente na questão do separatismo étnico, que permanece como o maior problema para a manutenção do Estado paquistanês.

Diante destas agendas conflitantes, a missão inicial da OCX é impedir que os interesses antagônicos se traduzam em guerras por procuração no Afeganistão. O pior cenário pós-retirada dos EUA seria o retorno ao caos, incluindo a chegada do Estado Islâmico como novo ator regional. Para prevenir este cenário, duas medidas seriam relevantes: reduzir o apoio paquistanês a grupos radicais e reforçar o governo de Kabul. Nestes processos, a China é parte essencial. Os chineses têm o maior poder de barganha em relação ao Paquistão, que depende em grande medida de seu financiamento e venda de armas. Além disso, a China não participou das guerras no Afeganistão e por isso tem conseguido negociar com todas as partes no processo de paz. Os chineses prometem ganhos econômicos e de infraestrutura caso os atores locais mantenham

a estabilidade. Recentemente, o próprio país afegão ganhou status de membro observador da OCX. Contudo, as relações complexas entre o Paquistão e o Talibã ainda são o maior impeditivo para a paz (Jin 2016).

A Rússia tem fornecido treinamento militar e armas para o governo de Kabul, mas não acredita na sua capacidade de obter vantagem sobre os demais grupos. Por isso, os russos não descartam negociações diplomáticas com o Talibã, especialmente porque consideram o ISIS como a principal ameaça. Os russos também reforçam a presença militar no Tadjiquistão, pois temem um cenário de alastramento do conflito afegão para a Ásia Central, com a participação ativa do ISIS (Frolovskiy 2016).

A Índia, com a ajuda dos Estados Unidos, tem trabalhado por uma agenda comum no Afeganistão: pressionar o Paquistão a entrar em negociações e cessar o apoio ao Talibã e outros grupos insurgentes afegãos. Em 2016, os EUA cancelaram parte da ajuda econômica e militar aos paquistaneses. Enquanto isso, a Índia forneceu um pacote de ajuda na faixa de US\$ 1 bilhão e quatro helicópteros Mi-25 ao Afeganistão (Snow 2016). O Irã também é parte importante no cálculo regional e tem buscado a cooperação com o governo afegão. Os iranianos são os principais candidatos a se tornarem o próximo novo integrante da OCX. Após o acordo nuclear com os Estados Unidos, o Irã poderá ter maior legitimidade para atuar como parceiro pela estabilidade regional.

Apesar de todos estes esforços, o principal entrave permanece: a chave para a resolução dos conflitos regionais está na posição do Paquistão. Percebendo a parceria entre Kabul, EUA e Índia, os paquistaneses têm tomado posições intransigentes em negociações multilaterais e inclusive fecharam brevemente a fronteira afegã em agosto de 2016

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

(Snow 2016). Considerando o dilema histórico profundo do Paquistão, não parece provável que o país supere sua crise de identidade com facilidade. A OCX se torna força importante ao vincular as ações paquistanesas de longo prazo com os objetivos da Organização. A participação do Paquistão na OCX promove um canal de diálogo diplomático permanente e favorece a ascensão de lideranças comprometidas com o multilateralismo e a construção de confiança. Todavia, dificilmente os países da OCX teriam disposição em tomar o lugar dos Estados Unidos na ocupação direta do Afeganistão. Pelo contrário, o princípio básico de sua atuação é garantir que os Estados membros e a vizinhança tenham capacidades próprias de defesa da soberania.

O segundo ponto onde a OCX pode auxiliar é na cooperação em infraestrutura, que traz novas receitas aos governos, auxilia na construção de capacidades estatais e promove desenvolvimento econômico compartilhado. Em 2005 e 2006, a OCX fundou o Consórcio Interbancos e o Conselho Empresarial, respectivamente. Os dois grupos se reúnem anualmente para definir a pauta de investimentos a serem feitos e o crédito disponibilizado para cada projeto.

Grande parte da resistência política aos investimentos da China em infraestrutura deriva da noção de que o país age de modo unilateral. No caso da OCX, a harmonização das iniciativas em infraestrutura leva em consideração os interesses estratégicos de cada país. Em 2015, China e Rússia assinaram um documento conjunto onde se comprometem a harmonizar os projetos da rota da seda e da União Econômica Eurasiática, respectivamente. A intenção dos países membros é criar um novo banco de desenvolvimento da OCX, nos moldes do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS

e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) (TBP, 2015).

Atualmente, os principais megaprojetos de infraestrutura são o Corredor Econômico China-Paquistão e a nova rota da seda na Ásia Central. Em 2014, a China anunciou investimentos no montante de US\$ 40 bilhões para financiar a rota da seda, dos quais US\$ 16 bilhões seriam direcionados à Ásia Central (TBP, 2015). Neste novo momento de expansão da Organização, o Sul da Ásia se torna parte importante do aumento da interdependência regional. Por conta disso, o Oceano Índico entra nos cálculos geopolíticos dos países membros. Em longo prazo haverá o crescimento gradual da porção marítima da nova rota da seda e a abertura comercial do interior do continente asiático para a economia global.

Considerações finais

Com a adesão de Índia e Paquistão, forma-se um equilíbrio de poder quadrangular dentro da OCX, de modo que não haja uma coalizão dos grandes contra os pequenos, ou de duas potências contra uma terceira. Portanto, a expectativa de que todos serão ouvidos leva ao aumento da confiança na Organização como um mecanismo multilateral efetivo.

Do ponto de vista da estabilidade eurasiática, a OCX possui grande potencial para harmonizar interesses individuais dos países membros e promover uma agenda de cooperação no combate ao terrorismo e à instabilidade política. Todavia, seus desafios de estabilização do Afeganistão e de conciliação de Índia e Paquistão são extremamente difíceis e politicamente perigosos. Antes da adesão de novos membros, a Organização possuía maior harmonia, gerando um ambiente de hegemonia

BOLETIM DE CONJUNTURA

NERINT

coletiva sino-russa na Ásia Central. A partir da entrada de Índia e Paquistão, sua responsabilidade aumenta, enquanto sua coesão diminui. Este quadro se agrava diante da falta de vontade política dos membros em intervir diretamente nas crises regionais ou criar forças operacionais conjuntas que possam realizar esta função

Deste modo, a relevância da OCX sobre os processos de construção do Estado e mitigação de conflitos no continente asiático é predominantemente indireta e de longo prazo. Provavelmente, as principais potências (China, Índia e Rússia) esperam que a sua coalizão renda frutos em longo prazo, com o aumento dos investimentos em infraestrutura e da interdependência entre países vizinhos. Além disso, a construção de confiança pode auxiliar na resolução de problemas mais pontuais, como as disputas territoriais. A exemplo da resolução de fronteiras sino-russa na década de 1990, China e Índia poderiam utilizar a participação na OCX como um meio de superar este entrave à cooperação bilateral.

Numa perspectiva global, a participação do triângulo China-Índia-Rússia transmite um sinal claro de que a Índia não será um aliado menor dos Estados Unidos. Pelo contrário, a tendência é que os indianos se aproximem cada vez mais da condição de Grande Potência e utilizem esta posição para aumentar, e não diminuir, sua autonomia estratégica. Neste sentido, a OCX reforça seu papel de coalizão anti-hegemônica e de promoção de um mundo baseado em núcleos regionais de poder. As três potências eurásianas, portanto, se propõem à função de fiadoras da multipolaridade.

O principal desafio dos Estados Unidos será reconhecer a existência de outros pólos no Sistema Internacional e trabalhar por uma estratégia que

supere a busca pela primazia. Do contrário, o aumento dos conflitos na periferia levará a uma aproximação ainda maior do triângulo eurásiano em busca de estabilidade e desenvolvimento econômico conjunto. Por isso, o gerenciamento da situação do Afeganistão num contexto pós-retirada dos Estados Unidos será um indicador importante da evolução de sua política externa e de defesa.